

Fora das urnas, a votação já começou

Oswaldo Morgado



Políticos, estudantes, representantes sindicais — habitantes de Brasília — têm manifestado, nos últimos tempos, um enorme desejo de ver, enfim, a cidade com um órgão que a represente. São os ventos da reabertura

— Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Este preceito constitucional, inscrito no primeiro artigo da Constituição vigente, no entender da maioria dos brasilienses, é válido para todo o Brasil, menos para o Distrito Federal. Em Brasília não existe nenhum órgão onde a população poderá ter sua voz, como também não possui um representante no Congresso Nacional.

— O Governo do Distrito Federal tem mais poderes que o próprio Presidente da República.

— Brasília é o império dos tecnicos.

— A falta de representação política em Brasília é um ultraje aos seus 300 mil eleitores.

— A Comissão do Distrito Federal no Senado não justifica sua existência.

— Brasília é um dos melhores locais para se viver porque não há querelas políticas.

— A situação é ótima porque Brasília é uma cidade eminentemente administrativa.

— Os Poderes da República necessitam de tranquilidade para bem desempenhar seus papéis.

Estas são algumas das afirmações ouvidas constantemente, quando o problema da representação política do Distrito Federal é discutido. Autoridades, políticos da Arena e MDB, representantes de classe, patrões e empregados, senadores e deputados, homens e mulheres, jovens e velhos. Quase a totalidade é favorável e aqueles que se posicionam contrariamente levantam normalmente argumentos anti-democráticos e indefensáveis.

A discussão sobre a necessidade de uma representação política para o Distrito Federal já é antiga. E ela agora volta a reavivar-se devido ao clima de abertura política existente, aos insistentes comentários sobre reformas constitucionais "que se aproximam" e, basicamente, porque no próximo ano, milhares de novos eleitores "genuinamente brasilienses" serão inscritos.

— O Governo Federal deveria presentear Brasília, em seu 18 anos, reconhecendo ao seu povo o direito de eleger, também, seus representantes.

Desde o nascimento da República a população do Distrito Federal elegeu diretamente os seus representantes. Na Constituinte de 1891 já era reconhecido o direito dos habitantes da capital da República de fazer política. Esse direito permaneceu nas Constituições de 1924,

1934, 1937 e 1946. O chefe do Executivo local sempre foi indicado pelo Presidente da República, mas havia representantes no Congresso, eleitos diretamente, e uma Câmara de Vereadores a nível local. Com a transferência da Capital da República para o Planalto Central essa representação popular foi eliminada com a edição da Lei San Tiago Danas, segundo a qual Brasília era uma cidade eminentemente administrativa, nova e, portanto, sem lideranças locais. As atribuições dos representantes eleitos foram transferidas para a Comissão do Distrito Federal, mista, à época, com senadores e deputados.

Mesmo argumentos já não são válidos hoje e quem os repete está desatualizado e não conhece Brasília e seus habitantes. O Distrito Federal tem hoje perto de um milhão de habitantes e quase 300 mil eleitores, além de dezenas de milhares que conservam seus títulos dos estados de origem, como uma forma de se expressarem, politicamente.

Deputados e senadores, de ambos os partidos, concordam que é necessário e urgente uma reforma constitucional para ser implantada a representação política dos brasilienses. Um dos ardorosos defensores dessa posição, o deputado Fernando Cunha, do MDB de Goiás, é de opinião que Brasília deve ter uma representação eleita diretamente, como as demais unidades da federação, para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e uma Assembleia Legislativa local.

— Sou favorável a que o Governador do Distrito Federal seja eleito, com voto direto e secreto, como deveria ocorrer com os demais estados.

Fernando Cunha argumenta que "até mesmo os territórios federais já têm representação na Câmara dos Deputados, sendo que o pacote de abril dobrou o seu número de representantes. O Distrito Federal hoje tem a sua legislação toda feita através do Presidente da República e do Senado Federal, constituindo um contra-senso que o brasiliense não tenha representantes no Senado.

— Essa história de que a Comissão do DF no Senado legisla e fiscaliza o Governo de Brasília é inversa. Ela sequer tem poderes para convocar o governador ou um secretário e o resultado ai está: um supergovernador que detém em suas próprias mãos mais poderes que qualquer outro governante deste país, inclusive ao próprio Presidente da República.

Além da defesa da representação popular, Fernando Cunha argumenta em favor da eleição do Governador, porque segundo ele, "a representação política de Brasília tem que ser completa, inclusive em relação ao Governador, pois não é mais possível que o DF continue a ser governado por estranhos. Ontem, buscaram um ilustre senhor no Rio Grande do Sul, hoje buscaram outro na Bahia e amanhã de onde será?"

Com a eleição, acredita ele, o Governador será um brasiliense ou um homem ligado a Brasília e seus problemas. Um homem que conheça a capital desde quando Juscelino a construiu, Lúcio Costa e Neimeyer a traçaram e não os que vêm conhecê-la para administrá-la.

Do contrário teremos o que ai está: os planos totalmente desvirtuados, o DF completamente marginalizado assim como a região geoeconômica, uma completa catástrofe com o sistema de transportes coletivos, a falta de assistência e infra-estrutura para as cidades-satélites, com o Plano Piloto contando com obras faraônicas como o Superparque para os privilegiados.

Outro parlamentar goiano, o deputado Siqueira Campos, da Arena, também defende a representação política para Brasília, a nível local e federal (Câmara dos Deputados para o Senado Federal). Ele entende que os eleitores brasilienses "não devem ser privilegiados nem discriminados". Por isso devem contar com representação proporcional como nos demais estados brasileiros.

— Brasília deveria ter de 21 a 24 deputados distritais ou vereadores, sete ou oito deputados federais e três senadores. Desta forma os interesses de todos os setores de opinião local estariam representados.

Siqueira Campos, assim como vários outros representantes no Congresso Nacional, discorda de comentários e reivindicações que vêm sendo entidades de classe deveriam participar da representação política. De acordo com ele, essas entidades representam os interesses específicos dos grupos participantes e não da comunidade.

Com relação ao papel da Comissão do Senado, "trata-se de um verdadeiro absurdo. É uma verdadeira distorção um senador fazer o papel de vereador ou senador distrital, num meio que não é o dele e defendendo uma causa que não lhe provoca sensibilidade".

— A representação política para Brasília virá um dia, não só a nível

local, mas também no Congresso Nacional. É um processo irreversível. Mais dia menos dia essa representação virá.

Deputados oriundos das mais longínquas regiões do país apoiam a luta pela representação popular para Brasília. O deputado Jorge Uequed, oposicionista do Rio Grande do Sul, não acha justificável a existência de alguma coletividade sem representação política.

No caso específico de Brasília está a faltar esta complementação; para a grandeza de seu desenvolvimento, ou seja, a participação política do povo nas decisões e na escolha de seus dirigentes.

Para Jorge Uequed, Brasília deveria ter uma Câmara de Vereadores e a possibilidade de eleger o Prefeito "que tem hoje o nome de Governador", e representantes na Câmara dos Deputados e Senado Federal. "Atualmente, o Governador é nomeado para exercer o comando, como delegado do Presidente da República, e dai para os poderes totais é um pulo".

No respeito do papel desempenhado pela Comissão do DF no Senado, Jorge Uequed diz que "ela não cumpre com suas finalidades de nenhuma forma, portando-se muito aquém da expectativa, tanto com respeito a legislar quanto a fiscalizar".

Posições idênticas são assumidas por políticos de todas as partes do Brasil, tanto da Arena quanto do MDB, sendo que os oposicionistas, normalmente, vão mais longe, quase sempre reivindicando a eleição do Governador, através do voto direto e secreto.

O senador José Lindoso (Arena-AM) disse que "pesando-se a realidade sócio-política da República tendo em vista a projetada constitucionalização, entendo que haverá possibilidade de se conferir representação política do Distrito Federal perante o Senado, conforme prescreviam todas as Constituições, desde 1891".

Na opinião do senador amazonense, que alega já ter efetuado inúmeros pronunciamentos apoiando a luta pela implementação de uma representação política para o brasiliense, "a cidade já amadureceu, está bem diferente de quando foi construída". Por isso os argumentos utilizados naquela época, hoje são inúteis, mesmo porque já existem lideranças locais, uma população bastante volumosa e uma quantidade de eleitores que não pode ser desconsiderada.